

## As especificidades da desigualdade étnico-racial no cenário das desigualdades no Brasil

Você já pensou em como as desigualdades raciais muitas vezes andam ao lado das desigualdades sociais no Brasil? Como você vê a diferença entre ser pobre-branco/a e ser pobre-negro/a em termos de oportunidades de vida? Este texto fornece informações que enriquecem esse tipo de reflexão.

Ao se tomarem como base os princípios descritos no texto *Raça, gênero e desigualdades* para a compreensão da temática das desigualdades, há algumas peculiaridades importantes para que se entenda esse fenômeno na sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, o Brasil é um país com muitos pobres. No ano 2001, para uma população de 165 milhões de pessoas, o número de **indivíduos considerados pobres** era de cerca de 56 milhões, enquanto o de indigentes era de 23 milhões.

*As estatísticas de pobreza nem sempre são comparáveis, pois as metodologias utilizadas para definir se um indivíduo é ou não pobre podem ser diferentes. No Brasil, a metodologia oficial usa como referência o salário mínimo, isto é, 1/4 do salário mínimo familiar per capita e 1/2 do salário mínimo familiar per capita. Estes são os limites abaixo dos quais se define uma família extremamente pobre (indigente) e pobre, respectivamente.*

Os elevados níveis de pobreza no Brasil são fruto da desigualdade na distribuição de renda, considerada uma das piores do mundo. No final da década de 90, os indivíduos que se encontravam entre os 10% mais ricos da população apropriavam-se de cerca de 50% do total da renda das famílias. Alguns estudiosos afirmam que o problema do Brasil não é escassez de recursos para combater a pobreza. Segundo os economistas Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça, 64% dos países do mundo têm renda *per capita* inferior à brasileira, e cerca de 77% da população mundial vivem em países com renda *per capita* inferior à brasileira (Barros, Henriques & Mendonça, 2001:5).

Em segundo lugar, as desigualdades regionais no Brasil são um fator crucial para as de cunho social. A diferença de estruturas, oportunidades, acesso a bens e a recursos entre as regiões brasileiras é um grave problema a ser enfrentado se pretendemos avançar em termos de crescimento econômico.

Em terceiro lugar, a desigualdade no Brasil é muito estável. Se observarmos os diversos coeficientes que medem desigualdade, em todos eles o Brasil manteve, ao longo das duas

últimas décadas, os índices praticamente inalterados. Os dados mais recentes sobre a última década demonstram uma melhoria quanto a esta estabilidade, mas ela ainda é um fator importante a ser considerado. Portanto, as desigualdades não são conjunturais, mas estruturais, da mesma forma que a discriminação não é individual, mas **institucional**.

Qual o quadro das desigualdades raciais no Brasil? O que é essencial conhecer acerca desse tema? Um dado inicial importante diz respeito às características demográficas desses grupos. Como já dissemos, as diferenças regionais constituem um fator determinante na compreensão das desigualdades. Nesse sentido, o primeiro dado a ser considerado quanto às desigualdades raciais é a distribuição da população brasileira segundo a cor. Enquanto a população branca está concentrada nas regiões mais desenvolvidas economicamente (Sul e Sudeste), a presença dos grupos preto e pardo, principalmente deste último, é muito maior na região Nordeste.

### Os dados censitários sobre a população indígena

É importante destacar aqui a peculiaridade da situação dos grupos indígenas no que diz respeito aos dados estatísticos. A sub-representação da população indígena está ligada a diversos fatores. Em primeiro lugar, seu registro como um segmento separado dos demais grupos só aconteceu em 1872 e 1890, como caboclos, e nos censos seguintes em categorias residuais, ou juntamente com os amarelos. A partir do censo de 1940, índios e caboclos transformaram-se em “parda”, categoria indistinta que poderia significar também mulatos, morenos etc. Somente no censo de 1991 foi introduzida a categoria indígena. A explicação para seus baixos percentuais na composição da população tem se baseado em parte pelo fato de não ser feito nos levantamentos estatísticos oficiais o recenseamento da área rural da região Norte, onde se concentra a grande maioria da população indígena.

**Somente no censo de 1991 foi introduzida a categoria indígena. A explicação para seus baixos percentuais na composição da população tem se baseado em parte pelo fato de não ser feito nos levantamentos estatísticos oficiais o recenseamento da área rural da região Norte, onde se concentra a grande maioria da população indígena.**

Em primeiro lugar, seu registro como um segmento separado dos demais grupos só aconteceu em 1872 e 1890, como caboclos, e nos censos seguintes em categorias residuais, ou juntamente com os amarelos. A partir do censo de 1940, índios e caboclos transformaram-se em “parda”, categoria indistinta que poderia significar também mulatos, morenos etc. Somente no censo de 1991 foi introduzida a categoria indígena. A explicação para seus baixos percentuais na composição da população tem se baseado em parte pelo fato de não ser feito nos levantamentos estatísticos oficiais o recenseamento da área rural da região Norte, onde se concentra a grande maioria da população indígena. Oliveira (1996), analisando esta subenumeração da população indígena, contra-argumenta tal justificativa, afirmando que a grande maioria das sociedades indígenas se encontra com seu território já demarcado ou em vias de identificação pela FUNAI, mantendo relações regulares com as diversas agências governamentais e com outras instituições, podendo ser identificadas de outra maneira. Outro dado importante é que a categoria indígena não contempla, por exemplo, os descendentes de indígenas que vivem nos centros urbanos (muitas vezes classificados como pardos). Assim, esta subenumeração nas bases

estatísticas não permite desagregações (por sexo, por exemplo); portanto, os dados que serão aqui apresentados não têm como contemplar informações mais detalhadas sobre essa população.

A desigual distribuição em termos regionais já sinaliza um quadro no qual a população preta e parda se concentra em espaços regionais menos dinâmicos e com menor acesso à estrutura de oportunidades. Vamos perceber que o processo cumulativo de desvantagens é o que caracteriza a desigualdade racial no Brasil, mas está fortemente associado aos mecanismos

**A desigual distribuição em termos regionais já sinaliza um quadro no qual a população preta e parda se concentra em espaços regionais menos dinâmicos e com menor acesso à estrutura de oportunidades.**

discriminatórios pelos quais passa a população preta e parda no decorrer da sua trajetória. Ou seja, os determinantes das desigualdades raciais devem ser observados levando-se em conta os chamados **fatores produtivos** (por exemplo, educação e experiência), mas deve ser dada ênfase aos **fatores não-produtivos** (o efeito determinante da cor, do gênero ou da região), correspondentes aos fenômenos de discriminação e de segmentação.

Para entender melhor esse processo cumulativo de desvantagens, vamos nos basear em um modelo desenvolvido pelos sociólogos Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg, que irá nos ajudar a perceber com maior clareza a questão da desigualdade racial no Brasil. Na nossa trajetória de vida passamos por diversos ciclos, e cada um deles apresenta características que serão determinantes para os ciclos subsequentes. Vejamos:

- *Origem familiar:* Diz respeito à situação social das famílias; os recursos disponíveis a seus membros são fundamentais para a trajetória socioeconômica dos indivíduos. Características tais como número de membros da família, sua renda, condições de moradia, escolaridade da **pessoa de referência** (o que antigamente chamávamos de chefe de família) e tipo de família modificam a estrutura de oportunidades dos indivíduos.
- *A internalização de recursos:* Trata-se das condições e das possibilidades nas quais crianças e adolescentes de cada família iniciam sua trajetória social. Questões como taxas de mortalidade infantil, acesso à educação infantil e à escolarização básica caracterizam essa etapa do processo.
- *A autonomização de status:* Corresponde à fase do ciclo de vida na qual o/a jovem começa a adquirir *status* social próprio, envolvendo primordialmente duas dimensões: acesso ao mercado de trabalho e escolha marital (que corresponde à constituição de uma nova família).
- *A fase da realização de status* corresponde ao momento em que o indivíduo assume um *status* próprio e autônomo definido a partir da sua posição na estrutura sócio-ocupacional e na distribuição da renda pessoal. Tal processo culmina com a determinação de uma situação familiar; quando voltamos ao estágio inicial do ciclo.

Analisando esse processo e levando em conta as desigualdades raciais, podemos apontar

para o seguinte quadro:

## **Família**

Há uma nítida situação de desvantagem das famílias chefiadas por pessoas de cores preta e parda em comparação às famílias chefiadas por brancos/as. As pessoas de referência familiar branca têm maior escolarização que as pessoas de referência familiar preta e parda. A renda *per capita* das famílias chefiadas por brancos/as ultrapassa o dobro das chefiadas por pretos/as e pardos/as. O tamanho das famílias sob a responsabilidade de brancos/as é menor que aquelas dirigidas por negros/as. Finalmente, as famílias chefiadas por pretos/as e pardos/as contam com um maior número de pessoas abaixo dos 15 anos de idade, o que significa maior número de dependentes. Este dado torna-se mais agravante no entrecruzamento de sexo e cor/raça, sintetizado nas condições familiares das mulheres negras. Famílias com chefes de cor preta e parda apresentam proporções mais altas de chefia feminina. As mulheres negras, quando consideradas pessoas de referência, concentram 63,4% desse tipo de família, e as brancas, 56,5%. Entretanto, há entre elas o grande diferencial: a renda, pois a das mulheres negras equivale a 45% da renda das mulheres brancas.

## **Educação**

O ponto fundamental a ser observado no processo de internalização de recursos é a educação. As principais características das desigualdades educacionais no Brasil são: média de anos de estudo baixa (7,0 anos para brancos e 5,0 anos para pretos e pardos); a educação está desigualmente distribuída devido a uma alta correlação entre o sucesso educacional das crianças e o de seus pais e mães (o que indica a ausência de igualdade de oportunidades); por último, há grandes disparidades regionais nas realizações educacionais das crianças (Barros & Lam, 1993).

Os dados sobre taxa de analfabetismo, escolarização e anos de estudo apontam que embora haja uma melhoria desses índices para todos os grupos de cor/raça, as desigualdades entre eles ainda são significativas. Outro dado expressivo diz respeito ao atraso escolar dos negros/s. Entre os/as estudantes na faixa etária de 15-17 anos, 60% dos brancos/as estão cursando o Ensino Médio; para pretos/as e pardos/as, esse percentual é de 32%.

Na faixa de 18 a 19 anos, que para quem cumpriu sua trajetória escolar de forma regular corresponderia ao momento de ingresso no Ensino Superior, 21,5% dos/as brancos/as, 4,4% dos/as pretos/as e 3,2% dos/as pardos/as conseguiram cumprir tal etapa. Na faixa seguinte, 20-24 anos, temos 53,6% dos/as brancos/as no Ensino Superior e apenas 15,8% de pretos/as e pardos/as.

Os aspectos apresentados acima levam conseqüentemente a significativas diferenças na

qualidade de vida da população negra no Brasil. Tomemos como exemplo final o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. Ele foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*).

*Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total).*

O economista brasileiro Marcelo Paixão produziu um estudo em que separou a população brasileira segundo a cor para avaliar suas diferenças acerca do desenvolvimento humano. A evolução do IDH de brancos/s e negros/as aferida entre os anos de 1991 e 2000 revela que, apesar das melhorias verificadas em ambos os grupos raciais, ocorreu o distanciamento das posições ocupadas entre o "Brasil negro" e o "Brasil branco" no *ranking* mundial da qualidade de vida.

Em 1991, o "Brasil branco" ocupava a 65ª ou 66ª posição entre as nações mais desenvolvidas quanto ao aspecto social; em 2000, chegou à 44ª posição. Já o "Brasil negro", que em 1991 estava na 101ª ou na 102ª posição, caiu em 2000 para a 104ª ou 105ª. A diferença entre os dois "países" passou de 36 para 60 posições no ranking do IDH em apenas 10 anos.

Vejam as diferenças entre brancos/as, pretos/as e pardos/as em termos de apropriação da renda nacional, segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar do ano de 2001:

- Entre os 10% mais pobres do país, 59,5% são pardos/as, 7,8% são pretos/as e 32,7% são brancos/as.
- Entre o 1% mais ricos, 11,0% são pardos/as, 1,8% são pretos/as e 87,2% são brancos/as.

**as mulheres pretas e pardas estão fortemente concentradas na prestação de serviços, cuja principal ocupação é o serviço doméstico. Já em empregados com carteira e empregadores, o percentual de mulheres brancas inseridas é superior ao das mulheres pretas e pardas.**

Se levarmos em conta que a composição racial da população brasileira é de 53,4% de brancos/s, 5,6% de pretos/as e 40,4% de pardos/as, as desigualdades são muito significativas, ou seja, a pobreza é mais *democrática* que a riqueza.

Ao articular sexo e cor/raça, surge um quadro ainda mais desfavorável para as mulheres negras. Tomemos como exemplo a situação das mulheres negras no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, além das significativas diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho, há também uma forte diferenciação entre as mulheres segundo cor/raça. Resumidamente, podemos dizer que as mulheres pretas e pardas estão fortemente concentradas na prestação de serviços, cuja principal ocupação é o serviço

doméstico. Já em empregados com carteira e empregadores, o percentual de mulheres brancas inseridas é superior ao das mulheres pretas e pardas.

Dentre todas as mulheres brancas inseridas no mercado de trabalho, 14,8% delas são empregadas domésticas (com e sem carteira), enquanto no que diz respeito às mulheres pretas, esse percentual chega a 33,9%, e às mulheres pardas, 23,8%.

Esta breve introdução ao tema da desigualdade racial procurou demonstrar duas dimensões em que se estrutura o problema no Brasil: a reprodução da desigualdade e a produção da desigualdade a partir da exclusão pela cor/raça. Se, por um lado, temos uma série de fatores relacionados à concentração da população negra em áreas menos desenvolvidas, o que redundava em um acúmulo de desvantagens em termos de acesso a bens e recursos, por outro lado, não se pode desconsiderar a existência da dinâmica de exclusão que reforça e produz novas desigualdades a partir da cor. Nesse sentido, as representações sobre grupos e indivíduos são a base dos **estereótipos** que em muito contribuem para a elaboração de práticas de exclusão, limitando os espaços sociais e as oportunidades dos grupos historicamente discriminados.

## GLOSSÁRIO

**Estereótipos:** Consiste na generalização e na atribuição de valor (na maioria das vezes, negativo) a algumas características de um grupo, reduzindo-o a elas e definindo os “lugares de poder” a serem ocupados. É uma generalização de julgamentos subjetivos feitos em relação a um determinado grupo, impondo-lhes o lugar de inferior e o lugar de incapaz, no caso dos estereótipos negativos.

**Pessoas de referência:** Os dados estatísticos no Brasil classificam as famílias da seguinte forma: Unipessoal, Casal sem filhos, Casal com filhos, Pessoa de referência sem cônjuge e com filhos, Outros tipos. O modelo “pessoa de referência sem cônjuge e com filhos” costuma apresentar as piores condições socioeconômicas; sua renda familiar é a mais baixa quando comparada aos outros tipos familiares. Veja também os conceitos de família trabalhados no Módulo III sobre Sexualidade.